suplentes aos quais, entretanto, é facultado representar os membros nas reuniões e eleições do Plenário.

Art. 35 – Ao Presidente do CEDCA compete:

- I- Representar o CEDCA perante a sociedade, aos órgãos públicos e em juízo;
- II- Convocar e presidir as reuniões do Plenário, aprovada a respectiva ordem do dia;
- III- Submeter a votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV- Expedir Resoluções, inclusive normativas, para complementação e suprimento de lacunas do presente Regimento, *ad referendum* do Plenário;
- V- Expedir recomendações e moções ao Plenário *ex officio* ou a requerimento de qualquer conselheiro;
- VI- Cometer a Conselheiros tarefas específicas e delegar-lhes as funções de representação previstas no inciso I deste artigo;
- VII- Propor a substituição de membro do CEDCA nos casos do art. 20 deste Regimento
- VIII- Requisitar da Administração Pública, na forma do art. 14 da Lei nº 4.602/93, os servidores necessários ao apoio técnico e administrativo do Conselho;
- IX- Apurar e proclamar o resultado das votações do Plenário;
- X- Zelar pelo cumprimento deste Regimento e supervisionar as funções da Secretaria;
- XI- Assinar com os demais membros do Conselho as Atas aprovadas;
- XII- Fixar calendário de reuniões do Conselho;
- XIII- Participar das reuniões das Comissões quando julgar conveniente e
- XIV- Dar voto de desempate nas decisões do Conselho.

SEÇÃO II DO VICE-PRESIDENTE

Art. 36- O Vice-Presidente, eleito com o Presidente, é substituto legal do mesmo, exercendo as funções que forem atribuídas ao Presidente do Conselho.

Parágrafo único- Considerando vago o cargo de Vice-Presidente, o Plenário procederá a nova eleição para preenchimento do cargo, em observância o art. 61, I, deste Regimento.

Art. 37- Ao Vice-Presidente compete:

- I- Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III- Participar das reuniões das Comissões quando julgar conveniente e
- IV- Exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pelo Plenário.

SEÇÃO III DA SECRETARIA

Art. 38- A Secretaria será composta por 01 (um) secretário(a) eleito(a) em escrutínio secreto, na mesma eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Parágrafo único- Em caso de vacância, o secretário poderá vir a ser escolhido pelo Plenário, em observância o art. 61, I deste Regimento.

Art.39- Ao Secretário compete:

- I- Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos;
- II- Responsabilizar-se pela documentação, pastas, livros, inventário de bens pertencentes ao Conselho;
- III- Exercer outras funções que lhes forem atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário;
- IV- Manter a guarda dos bens do acervo de livros e documentos pertencentes ao Conselho;
- V- Providenciar a elaboração de atividades do Conselho.

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 40- A Secretaria executiva prestará suporte técnico e administrativo necessários ao funcionamento do CEDCA e será exercida por um (a) Secretário (a) Executivo (a), conforme art.67 deste Regimento.

Art. 41- As ações da Secretaria Executiva serão subordinadas à Diretoria, que atuará em conformidade com as decisões emanadas do Plenário.

Art. 42 – São atribuições da(o) Secretária(o) Executiva(o):

- I- Providenciar a publicação dos atos do CEDCA que devam ser publicados no Diário Oficial do Estado;
- II- Coordenar os serviços administrativos do Conselho, sob a supervisão da Diretoria;
- III- Registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinadas pela Diretoria;
- IV- Manter atualizados os arquivos e os fichários do Conselho e das atividades de protocolo e registro de documentos;
- VI- Lavrar as Atas das reuniões do Conselho, supervisionado (a) pelo secretário (a)
- VII- Registrar os atos do CEDCA em livros próprios, para controle interno e validade contra terceiros, devidamente visado pelo (a) secretário(a) do CEDCA.

CAPÍTULO IX DAS REUNIÕES E TRABALHOS

SEÇÃO I DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO

Art.43- O Plenário do CEDCA/PI reunir-se-á, em caráter ordinário, duas vezes por mês, em sua sede, de acordo com calendário previamente estabelecido e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 1/3 dos seus membros, com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo único - As reuniões poderão ser convocadas para local fora de sua sede, mediante circunstâncias devidamente justificadas, por iniciativa da Presidência ou maioria simples do Plenário;

Art. 44- As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário pelo Plenário.

§1º - Os casos especiais, em que seja constatada relevância na matéria a ser exposta e aprovada em Plenário, poderão ser apreciados na mesma reunião que serão apresentados.

SEÇÃO II DOS TRABALHOS DO PLENÁRIO

Art. 45- As Reuniões, ordinárias ou extraordinárias, terão sua pauta preparada pelo (a) Secretário(a) Executivo(a) em consonância com a Diretoria e nela constará:

- I- Abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, bem como aprovação da pauta do dia;
- II- Leitura do expediente das comunicações da ordem do dia;
- III- Deliberação;
- IV- Palavra franca, devendo cada manifestação ser relatada objetivamente e obedecendo ao interstício de três minutos;
- V- Encerramento.

Art. 46- A pauta de reuniões ordinárias será encaminhada aos Conselheiros com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas da assembléia.

Art. 47- As matérias a serem apreciadas no Plenário deverão ser enviadas por escrito à Secretaria Executiva que incluirá na pauta da reunião seguinte, obedecendo-se os prazos de sua emissão.

§1º - Qualquer Conselheiro poderá pedir a inversão e/ou alteração da pauta, desde que justifique o pedido que será posto em discussão e aprovado pelo Plenário por maioria simples dos presentes em assembléia.

Art. 48- Após leitura da matéria em análise pelo Plenário, o Presidente concederá a palavra aos presentes, pela ordem e tempo máximo de 03 (três) minutos, prorrogáveis por mais 03 (três) minutos.

Art.49- Concluídos os debates, dar-se-á a votação.

Parágrafo único – A votação, em regra, será aberta e nominal, salvo no caso do próprio Plenário, por maioria, decidir que a votação seja secreta, mediante proposta de qualquer conselheiro.

Art. 50- Ao Presidente caberá proclamar o resultado da votação, registrando-se em ata as declarações de voto.

Art. 51- Caso a matéria seja de competência de comissão permanente, o Presidente dará a palavra ao coordenador da respectiva comissão que poderá passá-la ao conselheiro que a tiver relatado para expor a deliberação tomada e as razões, dando-se, em seguida, os debates e a votação na forma dos artigos 49 e 50 deste Regimento.

§1º - Em se tratando de matérias urgentes em que o Plenário deverá decidir na mesma sessão, o prazo de vistas poderá ser conferido ao conselheiro delimitado o tempo em, no máximo, 01 (uma) hora, ocasião em que a sessão do Plenário ficará suspensa.

§2º- Caso mais de um conselheiro pedir vistas, os interessados dividirão, entre si, o prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 52- Esgotados os assuntos da ordem do dia e as comunicações ou moções que devem ser propostas ou encaminhadas ao Plenário, o(a) Secretário(a) Executivo(a) lavrará a respectiva ata, que será submetida a aprovação na mesma sessão ou na imediatamente subsequente.

Art. 53 – As atas, depois de aprovadas, serão arquivadas na Secretaria Executiva, garantindo, todavia, aos Conselheiros ou pessoa interessada análise a qualquer tempo;

Parágrafo único – É facultado ao Plenário determinar a publicação no Diário Oficial do Estado e/ou Jornal de Grande Circulação no Estado, o resumo das atas que acreditarem ser de relevância.

SEÇÃO III DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES